

Presidência da República
Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Conselho Nacional de Combate à Discriminação

BRASIL AFROATTITUDE

Programa Integrado de Ações Afirmativas para Negros

Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
Programa Nacional de DST e Aids

Apresentação

Quando pensamos em políticas públicas, invariavelmente tomamos por base ações implementadas pelo Estado. De um modo geral, as políticas públicas buscam, também, a introdução de mudanças na cultura e no pensar popular, lançando uma nova leitura, um novo olhar sobre algum aspecto específico do cotidiano.

As ações do Estado na implantação de políticas públicas podem estar relacionadas a diversas áreas da sociedade, tais como segurança pública, educação, assistência social, importação e exportação, economia, habitação, pesquisa científica, reforma agrária, desenvolvimento tecnológico, desburocratização, produção agrícola, saúde, trabalho e direitos humanos.

Os beneficiários dessas políticas são, a priori, membros de um grupo específico e bem delimitado. Para os leigos, pode parecer que as políticas públicas privilegiam a um determinado segmento da população, em função do sacrifício de outros. Porém, ainda que num primeiro momento tal leitura possa parecer real, as políticas públicas buscam, conforme dito anteriormente, minimizar desigualdades e enfatizar determinado aspecto favorável à sociedade, tendo como objetivo final a promoção da igualdade, do bem estar, do desenvolvimento nacional por meio da melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos.

As políticas públicas, notadamente aquelas voltadas para as áreas sociais, as quais são também denominadas de ações afirmativas, partem do princípio de que todos somos iguais e detentores dos mesmos direitos. Logo, quando algum segmento da população apresenta dificuldades específicas, o Estado interfere, de modo a regularizar aquela dada situação. Quando se fala em ação afirmativa como política pública, coloca-se em questão a relação entre a equidade e os direitos individuais. Tais direitos estariam sendo relativizados, pois, para garantir a igualdade de acesso aos direitos da cidadania ou a um tratamento equânime para todos os cidadãos, o Estado se vê impelido a valorizar um grupo específico, em situações especiais, e em determinado período de tempo.

O Estado brasileiro sempre implementou políticas públicas sociais, ainda que nem sempre o princípio democrático as tenha norteado. Exemplos emblemáticos dessa afirmação são as políticas implementadas pelo Estado, desde o Brasil Império, em favor dos imigrantes.

Enquanto os imigrantes receberam transporte para toda a família, de seus países de origem até o Brasil, seus pertences e animais, acesso ao trabalho assalariado, acesso a terra, à educação, financiamentos diversos etc., privilégios que viabilizaram a ascensão econômica e social dos beneficiários, que hoje dominam o cenário econômico, social e político nacional, os ex-escravos, em contraponto, receberam total indiferença e desprezo. Longe de serem contemplados com as mesmas regalias, foram largados à própria sorte, e não raro, tiveram suas manifestações culturais proibidas pelas autoridades e perseguidas pela polícia, como foi o caso da prática da capoeira e do candomblé.

Libertos antes e após a abolição, os negros foram tidos como vadios pelo estado brasileiro, que em momento algum se deu ao trabalho de formular política pública que promovesse a inclusão daquele numeroso contingente populacional, que à época da abolição representava mais de 70% da população brasileira. Marginalizado, sem renda, sem acesso a terra, sem trabalho, sem educação, sem saúde, sem cidadania, sem poder.

O preconceito, a discriminação e a intolerância estão relacionados a todos esses problemas e são questões não só sociais, mas econômicas, políticas e científicas que clamam por maior atenção e ação do poder público e da sociedade mundial.

Tais questões ensejaram a realização de conferências mundiais pelas Nações Unidas como foi o caso da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em 2001. E, quando vemos mulçumanos, judeus, palestinos, bascos, curdos, eslovacos, tchetchenos, as castas indianas, os povos indígenas, os negros, e tantos outros segmentos populacionais reclamando seus direitos, clamando por justiça, por participação econômica, política e social observamos que ainda há muito por fazer.

A sociedade brasileira sempre teve enorme dificuldade em admitir o quão preconceituosa é e, por isso mesmo, acaba empurrando para “debaixo do tapete” questões da maior relevância, finge que resolveu o que não resolveu, até que o problema venha a ressurgir. Adotando-se, na maioria das vezes, soluções paliativas de não impacto.

Assim, temos uma série de preconceitos, que são encarados como ‘brincadeiras’ sem segundas intenções, e sem maiores conseqüências, mas que trabalham no dia-a-dia contra a auto-estima coletiva.

Os incômodos e distorções provados por essas colocações, posturas e brincadeiras de mau gosto acabam por produzir um enorme desconforto no tecido social, à medida que uma mentira repetida mil vezes acaba assumindo o valor de verdade! Aliem-se a isso as ‘brincadeiras’ ouvidas todos os dias e, pior, oriundas de diversas fontes: no ambiente escolar, na família, na mídia, no comércio, no trabalho etc.

Com o passar do tempo, esse conjunto vai se transformando num rolo compressor, dificultando, e mesmo impedindo que o individuo adote novas posturas ante a vida!

Assunto muito delicado e de difícil abordagem. Vale uma reflexão que nos ajude a pensar aqui o preconceito e a discriminação que envolve tanto os negros e negros quanto às pessoas vivendo com aids.

Nos anos mais recentes, principalmente após o advento da Constituição de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, o estado brasileiro tem produzido políticas públicas buscando ajustar e corrigir injustiças, bem como garantir os direitos de alguns segmentos. Tais políticas foram implementadas pela promulgação de leis específicas, programas de governo e campanhas de conscientização. No entanto, isso não foi o bastante. Aspectos anti-humanitários arraigados ao inconsciente coletivo brasileiro dificultam a implementação e limitam o efeito de tais políticas, dependendo do grupo populacional para o qual se destinam: imigrantes, portadores de deficiência, portadores de doenças crônicas, idosos, crianças, adolescentes.

A luta contra a epidemia da aids, no mundo, trouxe à tona a necessidade de se refletir sobre a diversidade sexual, racial, étnica, conferindo a esses temas importância significativa para o campo da prevenção, assistência e dos direitos humanos. O movimento social contra o preconceito e o estigma eclodiu na consciência da maioria das pessoas e tornou-se referência para a luta contra todas as formas de desigualdade e construção de um mundo que valoriza a vida.

O debate sobre a igualdade racial no Brasil ganhou novo anima no processo preparatório. Uma das tarefas da comitiva brasileira que foi a Durban, ao retornar ao Brasil, foi difundir e promover discussões, ao lado de ativistas dos

movimentos sociais ligados à questão racial, núcleos de estudos afro-brasileiros das universidades, pesquisadores e sociedade civil organizada. Pesquisas, a exemplo da Síntese dos Indicadores Sociais (IBGE, 2002), confirmaram a transversalidade da discriminação racial no Brasil, superando as diferenças marcadas pelo gênero, religião, classe social ou distribuição geográfica da população e somaram-se a esse amplo debate, o que resultou, por mecanismos diversos, na adoção sucessiva de sistemas de cotas por universidades estaduais e federais.

Contudo, a adoção da política de cotas em si não resolve a inclusão social, pois a permanência e sucesso do estudante do sistema de cotas na universidade está relacionada ao perfil socioeconômico desses estudantes. Assim, o perfil dos alunos que já ingressaram via cotas em universidades como a UNEB, UERJ, UEMS e UnB evidenciam a premência de apoio a esses estudantes, via bolsas de iniciação científica, extensão e monitoria, de forma a não somente oferecer apoio material, mas também envolvê-los da forma mais ampla possível, em atividades de formação voltadas para questões sociais, a exemplo do Programa Nacional DST/Aids/MS.

É esse esforço coletivo que nos move no sentido de construir uma proposta de política pública que possa vincular a experiência programática da luta contra a epidemia da aids com a experiência da política de ações afirmativas, que valorize e garanta a cidadania plena de todas as pessoas.

O Ministério da Saúde atua em diferentes frentes no sentido de assegurar que as políticas públicas no campo setorial da saúde estejam em consonância com as diretrizes de combate à discriminação racial, étnica, de gênero e de orientação sexual.

Nesse sentido, o Ministério da Saúde vem trabalhando na implementação de políticas concretas de humanização dos serviços prestados, como um todo e também na adoção de procedimentos de coleta de dados que permitam a real visualização da população negra nos serviços públicos de saúde, a partir da inserção do quesito raça/cor em todos os seus bancos de dados populacionais; a realização do Seminário Nacional de Saúde da População Negra; a introdução da variável étnico-racial no curso de capacitação dos gestores em saúde, realizado pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, bem como a instalação do Comitê Técnico sobre Saúde da População Negra.

Do ponto de vista do Programa Nacional DST/Aids-MS, faz-se necessário aprofundar a experiência relativa às ações afirmativas no combate ao HIV/

aids e outras doenças de transmissão sexual. As tendências de pauperização e de feminização da epidemia estão demonstrando que a população negra encontra-se em desvantagem social no que se refere à construção de respostas efetivas no combate à epidemia.

Para suprir essas e outras desvantagens o Programa Nacional DST-Aids, do Ministério da Saúde e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Presidência da República, em parceria, e em atendimento ao que estabelece o Decreto 4.228, de 13.05.2002 estão propondo a criação do BRASIL AFRO-ATITUDE - PROGRAMA INTEGRADO DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA UNIVERSITÁRIOS NEGROS, com o fito de fortalecer a resposta das universidades brasileiras que desenvolvem programas de ações afirmativas para negros e adotaram o sistema de cotas para negros em seus processos de seleção ao acesso (vestibular).

Esse programa deverá contribuir para o fortalecimento do sistema de cotas, de modo a torná-lo um meio, dentre outros, de combate à desigualdade racial no País. Nos termos propostos, o programa deverá dar ênfase à construção de respostas à epidemia do HIV/Aids a partir da operacionalização do conceito de ações afirmativas e aids, trabalhando o tema de modo multidisciplinar.

Objetivo Geral

Instituir o PROGRAMA INTEGRADO DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA NEGROS - BRASIL AFROATITUDE em parceria com Universidades que possuam Programa de Ação Afirmativa para negros e que adotam o regime de cotas para acesso dessa população. Esse Programa visa ao fortalecimento da resposta setorial de combate à epidemia e das práticas de implementação de ações afirmativas inclusivas, sustentáveis e permanentes, por meio do apoio a ações diversas nos âmbitos acadêmico e assistencial, destinadas a estudantes universitários negros e cotistas, socialmente precarizados.

No primeiro momento, o programa está voltado para a construção de uma rede de universidades que desenvolvem programas de ações afirmativas e com cotas para negros. No entanto, não se encerra apenas neste campo, pois pressupõe encarar a questão das ações afirmativas e a luta contra o HIV/Aids como uma estratégia que envolve diferentes atores sociais.

Nessa perspectiva, pretende-se estimular o protagonismo da população negra, no sentido de pensar e executar ações pertinentes à desconstrução do racismo e do preconceito tanto quanto aos negros de modo geral, quando às pessoas vivendo com aids.

Objetivos Específicos

- Viabilizar, por meio de meios de recursos diversos, numa perspectiva multidisciplinar e multissetorial, a permanência do estudante universitário negro em seu curso;
- Desenvolver e implementar ações afirmativas quanto à diversidade cultural, social, de gênero, étnica, de orientação sexual e outros, na perspectiva da educação de pares e de propiciar o protagonismo dos negros no processo;
- Propiciar oportunidades de participação dos estudantes negros em projetos de pesquisa, extensão e monitoria, desenvolvidos pelos professores e estudantes da universidade focados nas questões específicas dessa população;
- Contribuir para a formação de estudantes negros como promotores de saúde e de qualidade de vida, e para a produção de conhecimentos no campo da prevenção, aconselhamento e assistência às DST/Aids;
- Contribuir para a implementação do “Saúde e Prevenção nas Escolas”, proposto pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Educação;
- Fortalecer a integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade;
- Fortalecer as articulações inter-institucionais e comunitárias estabelecidas pela universidade;
- Contribuir de maneira sistemática para a inserção de temas transversais no currículo universitário;
- Formar profissionais multiplicadores e formadores de opinião; e
- Viabilizar o fortalecimento da auto-estima dos alunos negros.

Componentes

- a) **Intervenção comunitária:** Está relacionada às atividades de prevenção e/ou advocacy junto a organizações da sociedade civil, especialmente nas organizações comunitárias. As atividades dos estudantes e os locais integram o plano de ação da universidade.
- b) **Iniciação científica:** Atividades direcionadas para a produção de conhecimentos e pesquisas específicos sobre os temas - Ações Afirmativas e DST/Aids. Essa atividade integra o plano de ação das universidades e visa a assegurar a reflexão teórica e prática sobre o assunto e sua implementação na área da saúde. Os estudantes terão direito a uma bolsa de pesquisa e serão monitorados por professor orientador que acompanhará seu desenvolvimento durante a fase de execução de seu estudo.
- c) **Monitoria:** Atividades de apoio e interlocução entre os alunos e os professores de uma turma ou curso.

A seleção de todos os alunos será feita com base no mérito, rendimento escolar e proposta apresentada pelo estudante ou adesão a alguma proposta do professor orientador ou coordenador do projeto. O estudante poderá transitar da bolsa de intervenção comunitária para à bolsa de iniciação científica ou monitoria. Inclusive, é recomendável que os estudantes sejam estimulados a se candidatarem a bolsa iniciação científica depois de passarem pelas atividades de intervenção e monitoria.

Estratégia

- a) Constituir uma rede de instituições do ensino superior com vistas em desenvolver ações de intervenção, advocacy, direitos humanos, geração de conhecimentos e estudos específicos sobre os temas: Ações Afirmativas, Direitos Humanos e DST/Aids para a população negra;
- b) Fomentar a participação e mobilização dos estudantes sob regime de cotas das universidades públicas na luta contra aids e o racismo, a partir de um enfoque multidisciplinar e transversal junto às comunidades pobres e do enfoque conceitual de ações afirmativas;
- c) Adotar a interdisciplinariedade como enfoque estratégico para romper paradigmas e desenhar novas propostas de políticas públicas;
- d) Produzir informação estatística por meio de procedimentos de coleta, crítica e tabulação que eliminem o sub-registro do quesito raça/cor e de outras variáveis importantes no monitoramento da equidade em saúde.

Parcerias

- Conselho Nacional de Combate a Discriminação – SEDH/PR
- Ministério da Saúde – Programa Nacional DST-Aids
- Ministério da Educação – Secretaria de Ensino Superior – SESU
- Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/PR
- Universidade de Brasília - UnB
- Universidade Federal do Paraná - UFPR
- Universidade Estadual da Bahia – UNEB
- Universidade Estadual de Londrina – UEL
- Universidade Federal de Alagoas – UFAL
- Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS
- Universidade Federal da Bahia - UFBA
- Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ
- Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC
- Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

Produtos

- Criação da Rede de Universidades pelas ações afirmativas e combate às DST/Aids;
- Apoio técnico-científico e financeiro que garanta a permanência dos 500 alunos negros selecionados pelo regime de cotas na universidade;
- Produção de informação que eliminem o sub-registro do quesito raça/cor e de outras variáveis importantes no monitoramento da equidade em saúde;
- Construção de indicadores para avaliação nacional do Programa;
- Sistematização das informações bibliográficas sobre estudos e pesquisas, nacionais e internacionais, de interesse para a saúde da população negra e DST/Aids;
- Criação de núcleos de Saúde da População Negra nas universidades envolvidas; e
- Realização de seminário para discutir e divulgar os trabalhos realizados pelos alunos envolvidos no Programa.

Orçamento

- 01 coordenador para cada uma 10 Universidades, remuneração no valor de R\$ 600,00 mensais
- 500 bolsas no valor de R\$ 241,51 mensais (parâmetro CNPq – Iniciação Científica), a serem distribuídas, igualmente, segundo os planos de ação apresentados pelas universidades participantes, sendo, portanto, destinadas 50 bolsas para cada universidade.

Obs: As atividades de monitoramento e avaliação, realização de Seminário e publicação de resultados deverão ficar a cargo do Programa Nacional. As universidades participantes concordaram em abrir mão da taxa de administração.

Plano de Ação

As universidades deverão submeter seus planos de ação para o período de 2005-2006, considerando os eixos estratégicos propostos pelo programa.

Cronograma de Execução

Ação	Prazo
Estruturação da equipe de coordenação do Programa nas universidades	Dezembro 2004
Recepção pelo Programa Nacional de DST e Aids dos Projetos elaborados pelas universidades	15 de Janeiro 2005
Seleção dos Alunos	Fevereiro a Abril de 2005
Lançamento local do programa	Março a Maio de 2005
Vídeo Conferência	Mês 5
Avaliação permanente das ações desenvolvidas – relatório parcial	Mês 6
Seminário Nacional – compartilhar experiências	Entre 20 de Novembro e 1º Dezembro de 2005
Elaboração de relatório analítico – relatório de progresso final	Mês 12
Elaboração de relatório geral comparado entre as universidades participantes. Consolidado a ser elaborado por Grupo de Trabalho de Avaliação da Rede	Mês 14